

| 748 | POR UMA CIDADE TURÍSTICA: A HISTÓRIA DA ESTÂNCIA DE CAMPOS DO JORDÃO -SP

Jordão Benetti, Priscyla Christine Hammerl

Resumo

Ao observar a cidade como produto das relações sociais e históricas, uma das vertentes analisadas nos estudos sobre a produção do espaço urbano é o turismo. Pensando sob esta perspectiva, o presente artigo apresenta resultados e reflexões acerca de uma pesquisa sobre a cidade turística de Campos do Jordão, localizada na região do Vale do Paraíba, São Paulo. Esta cidade, cuja articulação social e econômica se dá com os demais municípios de seu entorno, apresenta um contexto histórico comum a outras cidades turísticas brasileiras: o desdobramento de uma estância de saúde em uma estância turística. Utilizando a pesquisa documental como metodologia, observou-se que o desenvolvimento turístico de Campos do Jordão se deu em razão de importantes fatos políticos nas dimensões locais, regionais e globais, com ocorrências importantes, sobretudo na década de 1940 sob a égide do Governo Vargas.

Palavras-chave: Turismo; Política; Cidade; Campos do Jordão; Era Vargas.

Introdução

Historicamente, as cidades são permeadas por preocupações de diferentes saberes que tendem a organizar, planejar os espaços urbanos, configurando, assim, políticas que influenciam não só na disposição dos espaços, mas também na função das cidades. Segundo Matos (2002, p.32-3), as transformações da contemporaneidade vêm —ampliando as inquietações sobre o cotidiano e favorecendo as pesquisas que contemplam a abordagem do urbano. Assim, no Brasil, nos últimos anos, os estudos sobre a cidade vêm passando por mudanças significativas. Estas mudanças passaram a ocorrer quando a cidade passou a se colocar como questão e foi assumida como um desafio a ser enfrentado pelos cientistas sociais.

Compreendendo a cidade como produto das relações sociais e históricas, uma das vertentes recentes observadas nos estudos sobre a produção do espaço urbano é a abordagem do turismo. Esta atividade, cujo reconhecimento atual revela um grande impacto não apenas econômico, mas também social na dinâmica urbana tem, ao longo da história brasileira, definido não apenas a produção, mas também o consumo e a organização dos espaços.

Como indicativo da relevância do impacto do turismo na modelagem espacial das cidades, bem como no processo de funcionalização dos espaços em prol do desenvolvimento turístico, estão os inúmeros trabalhos acadêmicos produzidos em diferentes áreas do conhecimento, dentre as quais se destacam o Urbanismo, a Administração, a

Geografia, dentre outros, que abordam, por exemplo, a especulação imobiliária em destinos turísticos, processo de *gentrificação* de diferentes áreas cujo uso é turístico, os novos usos dados aos patrimônios materiais e imateriais de uma cidade e a formatação de redes turísticas por meio de rotas, roteiros e circuitos.

Dentre diversos outros exemplos, estes estudos apontam a relação do turismo com o desenvolvimento urbano num contexto pragmático e a ascendência de estudos com o presente enfoque. Por outro lado, apesar das emergentes pesquisas na área, ao se realizar uma revisão teórica sobre a temática verifica-se que são poucos os trabalhos que investigam os primórdios do processo de implementação do turismo no contexto histórico de formação dos destinos. Os estudos atuais enfatizam as problemáticas mais urgentes e recentes (no tempo histórico) sem compreender, em muitos casos, as raízes que configuraram a condição atual. A dificuldade em se obter fontes primárias para a produção de trabalhos deste gênero está dentre as hipóteses explicativas para tal situação.

Dada a conjuntura acadêmica e a relevância da temática, propõe-se apresentar os resultados de uma investigação sobre a história de uma cidade turística paulista que tem em sua trajetória histórica, um processo de refuncionalização comum à diversas cidades turísticas brasileiras: o desdobramento de uma estância de saúde em estância turística. Dessa forma, tem-se como objeto de estudo o município paulista de Campos do Jordão, um bom exemplo do processo de desdobramento de uma estância de saúde em uma estância turística, tendo como pano de fundo o desenvolvimento das políticas públicas no país.

Reflexões sobre os conceitos de cidade e região e a contextualização de Campos do Jordão

Historicamente a cidade é dada como circunscrita à região. Contudo, se pode observar estes dois conceitos (a cidade e a região) a partir de outras análises. Os processos socioespaciais atuais levam aos debates em que se busca compreender as relações socioeconômicas entre o urbano e o regional, formatando assim, um “espaço urbano-regional” (ARRAIS, 2008, p.81-91). No caso de Campos do Jordão, cidade localizada na região do Vale do Paraíba, a leste do Estado de São Paulo, verifica-se que o núcleo urbano turístico articula-se socioeconomicamente com as demais cidades da região, possibilitando o fluxo turístico e interações econômicas socioespaciais de forma a colaborar com o desenvolvimento das cidades do entorno. Em períodos de alta temporada, é usual que algumas cidades vizinhas ou próximas ofertem, por exemplo, hospedagem a menores preços

estimulando a demanda de turistas que tem Campos do Jordão como destino principal e possibilitando assim, a geração de emprego e renda nas cidades intermediárias.

A esta articulação de Campos do Jordão enquanto “espaço urbano regional”, complementa-se a análise ressaltando que esta dinâmica de interligamento entre a cidade e a região provém, sobretudo, do conjunto de diferentes usos do território. No caso de Campos do Jordão, sua funcionalidade voltada à saúde e posteriormente, ao turismo revela um processo histórico que condicionou as atuais condições espaciais e funcionais da cidade, revelando o espaço urbano de Campos do Jordão como “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim, a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CORRÊA, 1989, p.9).

Portanto, delimitando-se os olhares sobre o objeto “cidade” de Campos do Jordão, verifica-se que esta, a ser considerada como espaço urbano, como produto das relações entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, será melhor analisada se a identificação de seu conceito suplantam a dimensão local e, assim, valorizar a análise da dimensão regional, uma vez que é justamente essa dimensão que possibilita a compreensão da articulação com o global. Como será observado adiante, os resultados da pesquisa permitem observar que a categoria “região” se torna muito mais adequada para delimitar o objeto porque os interesses das elites (e também de outros grupos sociais) que se justapõem ao desenvolvimento turístico da cidade de Campos do Jordão e, por conseguinte, ao movimento de mudança na função do espaço urbano, estão inseridos tanto no âmbito local quanto regional. As elites locais, por sua vez, se articulam com as elites regionais para consolidar suas ações que direcionam os usos daquele território.

Metodologia

A investigação utilizou uma documentação diversificada e fragmentada, que podemos identificar, com o “mosaico de pequenas referências” de que fala Matos (2002), ao realizar os estudos sobre a cidade de São Paulo (1850-1920) e, de Borges Pinto (1994), em sua pesquisa sobre as condições de trabalho e de sobrevivência no cotidiano, diante da economia informal, na capital paulista, a partir de 1880.

Conforme Possas (2001), as riquezas de informações podem e devem ser obtidas pela agudeza do olhar e na sensibilidade de perceber inúmeros indícios existentes nas “entre linhas” dos documentos, oficiais ou não. Uma “leitura do subjacente” deve ser resgatada, uma vez que todo discurso é uma produção, onde se evidencia as tramas de vidas, as

relações de poder, conflitos e os movimentos no cotidiano, que fogem aos dualismos e polarizações aparentes, evidenciando amplas articulações e infinitas possibilidades de captar o real.

Dessa forma, os documentos utilizados na pesquisa foram relatórios de administração, requerimentos e resoluções municipais, livros de atas da Câmara Municipal, trabalhos produzidos por memorialistas, diários, jornais, panfletos, almanaques, obras literárias e cinematográficas produzidas sobre e na localidade pesquisada.

Revisão teórica: a cidade em uma perspectiva histórica

Os estudos atuais sobre a cidade e o espaço urbano compreendem as especificidades de sua composição e seu funcionamento. Pensar a cidade sob esta perspectiva requer, portanto, o entendimento de que a cidade não se trata de um simples produto material, mas sim de uma produção das relações entre a sociedade e natureza ao longo do tempo, sendo a dimensão histórica fundamental para analisar este processo. Ana Fani A. Carlos (1992, p.47), ao abordar os estudos da cidade sob uma perspectiva histórica afirma:

Essa dimensão histórica é fundamental para a compreensão da natureza da cidade. Ela é essencialmente algo *não definitivo*; não pode ser analisada como fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história.

Pensando a cidade como a “obra de uma história” (LEFEBVRE, 2001) não se pode deixar de refletir sobre os aspectos que fundamentam esse processo, revelando o espaço definido como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. Ademais, trata-se de um processo em que deve ser analisada não apenas a “noção-fundadora” do espaço, mas também o “espaço visto em sua própria existência”, como explica Milton Santos (1997). Dessa maneira, justifica-se a pesquisa sobre a história da cidade de Campos do Jordão, com objetivo de compreender como este território foi socialmente produzido, as mudanças em sua função no decorrer do tempo e, por fim, como o turismo enquanto atividade econômica de relevância para a cidade foi fomentado por diferentes eventos locais, regionais e globais.

Nessa perspectiva de análise, um dos conceitos norteadores para a compreensão do espaço citadino como resultado historicamente definido, está no entendimento da divisão territorial do trabalho e suas implicações na dinâmica do território. Santos (1997) remete-se à

divisão territorial do trabalho como movimento orientado pela produção, o que gera um novo conteúdo e uma nova função aos lugares. Nesse contexto, nota-se que as cidades brasileiras adquirem, de forma individualizada e globalizada, uma ou mais funções que promovem a circulação e acumulação do capital, dentre as quais se destaca o turismo.

No que tange a divisão territorial do trabalho e desenvolvimento do turismo revela-se uma lógica formulada pelas políticas de Estado, cuja valorização do espaço turístico é expressa, como afirma Milton Santos (1997), por uma racionalidade imprimida pelos atores hegemônicos que se manifesta nas distribuições dos objetos e na formação espacial. Fonseca (2011, p.122), afirma que no caso do turismo, a “estrutura espacial resultante desse processo mostra que a organização interna do espaço turístico é desigual e combinada, onde algumas áreas são mais beneficiadas do que outras, apesar de dialeticamente uma só existir em função da outra”.

Essa desigualdade do espaço é observada em Campos do Jordão por meio da sua divisão em um importante centro turístico (Vila Capivari), e dois centros de caráter comercial e residencial (Vila Abernécia e Jaguaribe). As diferenças entre estes locais estão vinculadas não somente a uma expressiva diferença estética (o centro turístico é modelado por uma intensa presença de uma arquitetura tradicional referenciando cidades europeias, enquanto os demais centros se consolidaram com sérias diferenças paisagísticas em razão das desigualdades sociais), mas também às diferenças sociais (o centro turístico é extremamente elitizado com altos valores cobrados pelos serviços prestados nesse espaço, levando a uma exclusão da população autóctone). As raízes dessa situação, são encontradas, como veremos, na organização e produção do espaço turístico pautado em interesses políticos e particulares.

A respeito da divisão territorial do trabalho, deve-se lembrar ainda que estas dinamicidades na forma, estrutura e função dos espaços, ocasionam também desigualdades e conflitos. Os estudos de Marx sobre este processo, que perpassa à realidade urbana, são bastante significativos para compreender a morfologia social e a desordem urbana referenciada na Inglaterra no século XIX, mas que ainda hoje condizem com os contextos citadinos. Ao abordar a estrutura da moradia dos operários em local e período definido afirma:

“Mesmo a necessidade de ar puro deixa de ser uma necessidade para o operário; o homem retorna a sua toca, mas ela é agora empestada pelo sopro pestilento e fétido da civilização; ele só habita de uma maneira precária, como uma força estranha que pode a cada dia se subtrair dele, da qual ele pode a cada dia ser expulso se ele não paga.

É necessário que ele pague essa casa de morte” (MARX, 1944 *apud* LEFEVBRE, 1999, p.34).

A desordem urbana é, segundo as teorias higienistas do século XIX e XX, também causa principal dos surtos epidêmicos. Assim como se vincula a aglomeração e a pobreza à disseminação de doenças, esta situação também é condicionante da criação de novos centros de cura: os territórios da saúde. Na Inglaterra no período de Marx, por exemplo, a criação da estância termal de Bath é significativa dos outros usos dados à cidade, sendo o acesso estendido não apenas à classe nobre, mas também à classe operária por meio da *Poor Law*¹. Manter a população doente afastada dos grandes centros urbanos permitia, segundo o pensamento deste período, proteger os grandes centros industriais.

No Brasil, a realidade de criação de estâncias de saúde em decorrência da industrialização e dos surtos epidêmicos também é instaurada aos moldes europeus. A criação de Campos do Jordão equidistante aos dois principais núcleos urbanos do período (São Paulo e Rio de Janeiro) não é mero acaso. Não são somente as propriedades terapêuticas desse destino colaboram para sua constituição, mas, sobretudo, sua localização estratégica e de fácil acesso para o espraiamento da grande quantidade de doentes presentes nas capitais, especialmente os trabalhadores pobres. Trata-se de um esquadramento-higiênico da população. Afastar os doentes da aglomeração era também uma forma de poupar o contágio dos demais, destacando-se nessa massa a população operária, cuja força de trabalho deveria ser protegida.

Interessante destacar que grande parte desses lugares que funcionavam como destinos de saúde passaram a ser utilizados como destinos turísticos. Esta transição pode ao menos em parte, ser interpretada pela lógica do capital. Assim como se buscava preservar a mão de obra operária evitando o contágio pelo espraiamento dos doentes e a modelação dos espaços de saúde, observa-se que historicamente estes locais também são indicados como formas de apropriação do tempo livre do trabalhador com vistas a majorar a força ativa dos mesmos. Utiliza-se da metáfora do *homo-motor* para designar que estes locais de tratamento de saúde, também utilizados por vilegiatura, passam a ser profícuos para aumentar o rendimento dos trabalhadores. Sob esta racionalidade, a comercialização desses novos

¹“Buxton e Bath foram mencionadas na Lei de 1.572, *Poor Law*, como locais de resort para pessoas enfermas. Tais estabelecimentos, [os *spas/resorts*] frequentados em princípio pela família real e pelas classes mais altas da sociedade, logo atraíram a clientela formada pela classe média, à medida que a população e a riqueza aumentavam, as cidades cresciam e a expansão industrial acelerava” cf. LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. 2000, p.26.

lazer da sociedade industrial é assumida de bom grado por diversas instâncias sociais. Surge aí, o turismo moderno.

Mas há de se considerar também que as divisões territoriais do trabalho, as lógicas de produção e reprodução implícita a este processo, e as decorrentes transformações espaciais e funcionais das cidades, são atravessadas por jogos de interesses e políticas que são articuladas por diferentes atores nesse território. Lefebvre (1999, p.49) complementa: “A existência urbana se confunde com a existência política como a palavra indica. Se a cidade concentra o que faz uma sociedade, ela o distribui de uma maneira relativamente razoável em organizações e instituições”. A fim de melhor compreender como a política e os jogos de interesse interferem na constituição de Campos do Jordão, buscou-se nos itens seguintes, expor os resultados da investigação sobre a história da cidade que revelam os eventos condicionantes de sua mudança funcional.

As funções da cidade: de estância de saúde à estância turística

A consolidação de Campos do Jordão como destino de saúde para tuberculosos não está ligada apenas à sua altitude e afastamento dos grandes centros urbanos, mas também às virtudes terapêuticas de seu clima. Em 1922, o médico carioca Clemente Ferreira, em seus estudos sobre as virtudes climatoterápicas de Campos do Jordão, observa: “Com clima de elevada altitude, de grande terapêutica atmosférica de fraca nebulosidade, e, pois de farta insolação, os Campos do Jordão desfrutam a enorme vantagem de abundância de oxigênio eletrizado” (FERRERIA, 1997, p92).

Esse ar “eletrizado”, mais puro, é recomendado como terapia para os tuberculosos. Contudo, Campos do Jordão não é divulgada apenas por suas virtudes climáticas, mas também por suas características hidrominerais, haja vista que a associação entre água e cura não era novidade nesse período. No Brasil, temos diversos exemplos da consolidação de destinos de cura ligados à água, dando origem a estâncias hidrominerais como, por exemplo, Poços de Caldas, Araxá e Caldas de Imperatriz. Campos do Jordão é conhecida pelas propriedades de suas águas radioativas e, por força da Lei nº 2140, de 1º de outubro de 1926, a cidade transformou-se em Estância Hidromineral.

As atribuições de valores terapêuticos tanto ao clima, quanto às águas jordanenses acabam por modelar, condicionar e constituir comportamentos diante da sociedade. Doentes e seus acompanhantes passam a frequentar Campos do Jordão a partir da década de 1920, colaborando para torná-la um famoso destino de saúde conhecido por suas águas radioativas e, principalmente, pelo “ar puro” das montanhas.

Nosocômios, isto é, hospitais utilizados para tratamento de epidemias são instalados, além de diversas pensões e casas de veraneio utilizadas por doentes ricos e pobres para o tratamento de doenças. A disciplina sanatorial era rígida, com a prescrição de repouso e de rigorosos hábitos de higiene. Todavia, tais rigores dos centros terapêuticos não perduram por muito tempo, pois fatores como a fruição da paisagem, a crescente procura pelo município enquanto espaço de repouso e lazer e os entretenimentos ofertados pelos hotéis que ali se instalaram durante os anos 1940 favoreceram o surgimento de uma cidade de cura, porém ao mesmo tempo também de lazer. A cidade passa, portanto, por uma mudança em sua função.

A transição

Em fins da década de 1930, em Campos do Jordão, José Carlos de Macedo Soares, com sua Companhia de Melhoramentos de Campos do Jordão, realiza diversas obras de melhoramento e embelezamento da estância, em parceria com seu aliado do Governo Estadual, o interventor (e médico de formação) Adhemar de Barros, que completa os investimentos no município construindo vias de acesso e estruturas necessárias para a evolução urbanística da cidade com verbas do referido órgão.

A contribuição de Adhemar de Barros para o desenvolvimento de Campos do Jordão não é mero acaso, pois ele tinha interesses pessoais na melhoria da estância em razão de ser detentor de várias propriedades no município. Além de terras, Adhemar ainda mantinha empreendimentos na cidade, como sua participação na Sociedade BelfrutaLtda, empresa com grandes plantações de frutas, em especial maçãs, e com instalações industriais em Campos do Jordão que produziam doces, sucos conservas e bebidas alcoólica (COTTA, 2008, p.88).

Com os constantes melhoramentos realizados no município, nota-se o início de uma divisão da cidade, pois os sanatórios (construídos em terrenos doados por Macedo Soares) localizavam-se estrategicamente, em sua maioria, nas Vilas Jaguaribe e Abernécia, enquanto a Vila Capivari era reservada às casas de veraneio da elite, local onde Macedo Soares e Adhemar de Barros mantinham residência. Iniciava-se, portanto, uma segunda função para Campos do Jordão: um destino de repouso e vilegiatura, fato este que está relacionado aos interesses e organização dos políticos citados.

O convívio social nas estâncias, proporcionado pelos bailes, banquetes e cassinos indicam claramente a tendência de transição de uma cidade de cura para um destino de lazer, o que também ocorreu em diversas estâncias na Europa. Dessa forma,

os caminhos que indicam o início do processo de construção de um cenário em que a atividade turística se tornaria a principal fonte de renda, podem ser constatados desde os anos de 1920, embora ainda elitizados.

Todavia, apesar das iniciativas nacionais em fomentar o turismo, bem como da elite paulistana em preservar a sua área de vilegiatura em Campos do Jordão, os doentes não param de chegar ao município. O sucesso do romance *Floradas na Serra* de Dinah Silveira de Queiroz (1939) representa a realidade nacional. Ainda eram muitos os casos de tuberculose no país e, sobretudo, na capital paulista. A divulgação de Campos do Jordão enquanto estância climática reafirmada no romance, em parceria com os já conhecidos anúncios das propriedades terapêuticas, contribuiu para a crescente visitação.

Até 1940, já com vários sanatórios funcionando, era ainda comum ver pela cidade doentes em estado grave perambulando pelas ruas. Em vista dessa situação, em 1940, por força do Decreto nº 11.781, a cidade foi seccionada em duas zonas, pois o governo considerou impróprias para a instalação de pensões e casas de habitação coletiva de doentes portadores de tuberculose as Vilas de Capivari e Jaguaribe, da Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão. Este zoneamento ocorre não só em razão da preocupação público-sanitária que representava o grande número de doentes no município, mas também em razão do fato de que já existia uma separação induzida pela elite entre as áreas destinadas aos doentes e aos veranistas.

Ademais, observa-se também, entre os anos de 1939 e 1941, a instalação de alguns hotéis e clubes na cidade, indicando o interesse financeiro de empreendedores que certamente foram beneficiados com o Decreto. Em 1939, por exemplo, com o Decreto nº 10.863 de 28 de dezembro, o Governo de São Paulo autoriza a desapropriação de terras para a instalação de uma colônia de férias por parte da Prefeitura Sanitária em Campos do Jordão, o que reafirma o ideal de fomentar o turismo.

Não satisfeitos com o número de doentes que ainda circulavam pela cidade, sobretudo nas zonas em que a construção de sanatórios fora proibida, em 19/3/1941, através do Decreto-Lei nº. 11.891, o governo estadual obriga a Prefeitura Sanitária a exercer a fiscalização de “pensões e hotéis privativos de pessoas sãs, no sentido de não permitir a permanência, nessas casas, de portadores de tuberculose” e “ter a seu cargo a fiscalização no que diz respeito à higiene das ruas, praças, estações, bares, restaurantes, casas de diversões, pensões, hotéis e sanatórios”. Observa-se, aqui,

pela natureza dos estabelecimentos a serem fiscalizados, uma iniciativa de separar não apenas os locais onde se localizavam os sanatórios, mas também a livre circulação dos doentes, facilitando, por conseguinte, a proteção dos turistas.

Ainda no ano de 1941, observa-se uma preocupação do Governo Federal em controlar a tuberculose com a criação do Serviço Nacional de Tuberculose, que tinha por objetivo estudar o problema da tísica e tomar medidas de controle. A centralização da saúde pública no Governo Vargas possibilitou que as campanhas de prevenção (no caso de São Paulo, já ocorriam pelas ações da Liga de Paulista de Combate à Tuberculose) fossem divulgadas em todo o território nacional, assim como a prática de determinadas técnicas de diagnóstico e tratamento.

Em Campos do Jordão, com o zoneamento nesse período, se estabeleceram na cidade diversos empreendimentos no setor de turismo, dentre eles a sede do Campos do Jordão Tênis Clube Turismo e os hotéis Toriba, Augusta, Refúgio Alpino, Rancho Alegre e Grande Hotel. Em meio à materialização de tantos empreendimentos hoteleiros na cidade, crescia também a preocupação com a saúde dos turistas e, em virtude do Decreto de 1941, a radiografia de tórax passa a ser utilizada para controle e prevenção dos hóspedes de hotéis da cidade. O decreto obrigou as autoridades a regulamentarem a hospedagem no município instituindo a exigência obrigatória de atestado médico radiológico dos pulmões, a todos os frequentadores de estabelecimentos destinados a pessoas sadias (PAULO FILHO, 1988, p. 616).

A obrigatoriedade do atestado radiológico remete aos ideais de filantropia higiênica e ao conceito de “imunidade social”. A elite, na medida em que percebe que também está predisposta ao contágio (perdendo, assim, sua imunidade social), colabora não apenas com as formas de tratamento dos menos favorecidos com doações para a manutenção de leitos nos sanatórios populares (filantropia higiênica), mas também determina os espaços que esses podem frequentar, havendo uma separação não só entre doentes ricos e pobres, como, nessa nova fase, a separação se dá entre os portadores do bacilo e os sãos, independentemente da classe social.

Tal fato é acentuado pela Campanha Nacional contra a Tuberculose, lançada em 1946, que tinha por objetivo realizar a abreuografia em massa e, por meio do diagnóstico, estimular a utilização de esquemas quimioterápicos. Isso porque, em 1943, um bioquímico norte-americano descobriu a estreptomicina, o primeiro agente quimioterápico específico no tratamento da tuberculose. A estreptomicina era

importada e distribuída pelo poder público em uma tentativa de sanar os problemas sociais e sanitários causados pela doença no país. Dessa maneira, o tratamento, que anteriormente era baseado unicamente na climatoterapia, passa a ser conjugado com a utilização do medicamento. Assim, são fortalecidos os ideais de que a tuberculose é curável e, em virtude da possibilidade de tratamento quimioterápico, diminui a prioridade na busca dos sanatórios.

É sob a égide da separação entre turistas e doentes e sob o incentivo do tratamento quimioterápico e ambulatorial que se fortalecem as iniciativas que dão origem ao ciclo do turismo em Campos do Jordão. No entanto, deve-se lembrar que as iniciativas de divulgação da cidade como destino de lazer já vinham ocorrendo desde o início dos anos 1940, ou seja, seis anos antes do início da Campanha Nacional Contra a Tuberculose.

Cassinismo: o início da estância turística

Com o passar dos anos, a melhoria nos meios de transportes e nas formas de divulgação e os avanços nas leis trabalhistas (principalmente com a regulamentação de férias remuneradas) também possibilitam, ao menos em parte, o crescimento da demanda de pessoas com disponibilidade e poder aquisitivo para viajar. Em contrapartida, os interesses na exploração de hotéis, cassinos e outros serviços voltados para o turismo, também aumentam. Observa-se, no caso de Campos do Jordão, que não apenas a iniciativa privada investe em empreendimentos no setor do turismo, mas também o setor público. Comprovando esse interesse, o Governo do Estado inaugura, em 1944, o Grande Hotel, onde funcionava um cassino que só podia ser frequentado por pessoas sadias, tal qual regia o Decreto-Lei nº.11.891 de 1941.

Após a construção do Grande Hotel, muitos outros meios de hospedagem de iniciativa particular surgiram, inaugurando o ciclo do turismo. No entanto, embora a procura por Campos do Jordão tivesse aumentado (como demonstra o número de hotéis que são construídos na cidade), os mesmos são voltados para hóspedes com alto poder aquisitivo. O período representa a prosperidade dos empreendimentos hoteleiros no município, possivelmente em razão de alguns motivos.

Em primeiro lugar, devido aos crescentes investimentos do Governo Estadual no setor, que podem ser constatados pelo início das obras do Palácio do Governo (Palácio da Boa Vista, 1938) e construção do Grande Hotel (1944). Em segundo, em razão do incentivo financeiro dado pelo Governo Federal através do

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, que é organizado pela divisão de turismo do DIP. E, por último, em razão do crescente número de turistas que buscam a cidade, fomentados por um precioso atrativo: o cassino.

Nota-se, portanto, que o crescimento do turismo em Campos do Jordão inicia-se de forma elitizada, como era comum a outras cidades brasileiras no mesmo período. As perspectivas abordadas na implementação e divulgação dos hotéis são reflexo de uma organização e profissionalização na hotelaria brasileira que vinha se desenvolvendo desde o final da década de 1930. Em fins de 1936, por exemplo, ocorreu o I Congresso Nacional Hoteleiro, sediado no Rio de Janeiro. Tal fato indica como o setor estava se organizando e discutindo soluções e problemas relativos ao cenário hoteleiro do país.

Nota-se, portanto, que o setor turístico nacional começava a se organizar e, em Campos do Jordão, não foi diferente. Embora não tenham sido encontrados documentos que comprovem com exatidão a data de criação da Companhia de Hotéis de Campos do Jordão, acredita-se que a mesma data de fins da década de 1930 e início dos anos de 1940, acompanhando o quadro nacional. Participando de quase todas as edições do evento, tendo Campos do Jordão inclusive sediado sua IV edição em 1951, a Companhia de Hotéis de Campos do Jordão é marcada na história jordanense por suas ações em favor do desenvolvimento da atividade turística. Dentre as medidas tomadas pela Companhia de Hotéis de Campos do Jordão estão práticas voltadas à construção de uma cidade onde o turista poderia se deslocar com segurança e desfrutar das belezas da região, bem como de outros atrativos, dentre eles, os cassinos presentes na estância.

O interesse na exploração de cassinos era uma realidade nacional nos anos de 1940. A elite, frequentadora dos hotéis-cassinos nas estâncias já há duas décadas, fortalecia seus vínculos sociais nos elegantes bailes e shows que ocorriam nesses estabelecimentos. Muitos deles, inclusive, organizados como forma de arrecadar fundos para ações sociais, como muitas vezes realizado pela primeira dama, Darcy Vargas, nos cassinos do Rio de Janeiro. Sob o pretexto da benemerência e como uma forma de incentivo à jogatina realizada de forma organizada, o Governo Vargas foi responsável pela liberação do jogo oficializado no Brasil, sem deixar de lado, no entanto, os interesses financeiros relativos à lucratividade desses empreendimentos (PAULO FILHO, 1988).

Os governos dos estados que mantinham casas de jogos foram beneficiados pelas participações nas finanças desses empreendimentos. Em alguns casos, o próprio governo investia e lucrava integralmente com os cassinos, como foi o caso de Campos do Jordão. Adhemar de Barros foi um grande entusiasta e muito incentivou esses empreendimentos em todo o Estado de São Paulo. Durante o Estado Novo, consta que existiam sete mil casas de jogo do bicho, além de diversos cassinos em funcionamento em todo o Estado de São Paulo. A realidade é similar nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Contudo, como já era habitual no governo de Adhemar, político que ficou conhecido pela célebre frase “rouba, mas faz”, o incentivo aos cassinos é apontado por alguns de seus oponentes e jornalistas do período como a principal fonte de sua fortuna, “graças à apropriação do dinheiro público e cobrança de propinas de empresas envolvidas em projetos governamentais”, dentre estas, os cassinos e banqueiros do jogo do bicho. Documentos que acusavam Adhemar em relação a essas denúncias foram entregues a Vargas. Adhemar, por sua vez, enviara um relatório de defesa das acusações. Embora sem nenhum processo judicial em relação ao fato, em 1941 Vargas nomeou Fernando Costa como Interventor de São Paulo (COTTA, 2008, p.51). Interessante notar que, apesar da saída de Adhemar da interventoria, a obra do Grande Hotel, iniciada em 1938, continua até sua inauguração, em 1944.

Em 1945, o hotel de propriedade do Estado foi arrendado pela Companhia de Hotéis de Campos do Jordão, que igualmente dirigia o Hotel Toriba e a Caverna Paulista, famoso restaurante. Sob exploração da Companhia, o cassino viabilizava o fluxo de turistas de alto padrão na estância. Contudo, os benefícios trazidos pelos cassinos, não só em Campos do Jordão, mas em todo o território nacional, não perduram por muito tempo. Em 1946, por ocasião da mudança de Governo (agora liderado por Eurico Gaspar Dutra), o Decreto-Lei nº. 9.215 manda fechar todas as casas, centros e cassinos que mantinham os jogos de azar, até mesmo aqueles que se inseriam dentro da Lei das Estâncias de Águas Hidrominerais.

O jogo, ainda que elitizado, foi considerado em diversos discursos da época, sobretudo os religiosos, como uma ameaça às boas práticas da família, pois seu exercício estaria ligado à boemia, sendo considerado, pelos mais conservadores, como um atentado aos bons costumes. Imbuído desse discurso, Dutra assina o Decreto-Lei que proibiu o jogo e resistiu às muitas reclamações dos empreendedores do setor e de seus frequentadores.

Em 1946, o cassino do Grande Hotel também encerrou suas atividades levando, no ano seguinte, em cumprimento do Decreto nº. 16.796, à transferência de fiscalização do Grande Hotel para a Superintendência das Estâncias do Estado, o que representou um grande prejuízo para a Companhia e demais hotéis da estância. A proibição da principal atividade geradora de renda do município, aliada ao declínio em relação à fase sanatorial, configuraram um cenário no qual os proprietários dos empreendimentos hoteleiros deveriam lutar para que seus investimentos não fossem perdidos. Inicia-se, portanto, a necessidade não só de fomento, mas, sobretudo, de planejamento da atividade turística na estância.

Considerações e possíveis reflexões futuras

Embora os estudos acerca da “cidade” de Campos do Jordão possam ter um viés de análise local, observou-se que a categoria “região” se torna muito mais adequada para delimitar o objeto de pesquisa o qual se pretende pesquisar. Como exemplo desse jogo de interesses na dimensão local/regional, temos as já citadas interferências de Adhemar de Barros, proprietário de terras jordanenses, caracterizado, a priori, como “elite local” que, em razão de sua representatividade política, articula suas ações enquanto Governador do Estado de São Paulo para atingir seus interesses em prol do fomento da atividade turística na estância. Nesse processo, há de se destacar também o relacionamento deste agente “local e, também regional” com a política Vargasista, que vinha em contiguidade temporal desenvolvendo políticas em benefício do desenvolvimento turístico nacional.

Quando nos referimos, contudo, ao termo de “desenvolvimento turístico” há de se ponderar que se trata de uma terminologia utilizada nos discursos referentes ao período estudado. Dentre as décadas de 1940 e 1950, é encontrados em periódicos, cartas, e documentos oficiais a frequência do termo “desenvolvimento turístico” assim como “criação de uma mentalidade turística” para se referir a estas ações que se inserem no jogo de interesses locais/regionais.

Contudo o termo “desenvolvimento”, assim como os de espaço, território e região, também devem ser cuidadosamente debatidos em torno do “período” e do estado das “técnicas”. Revela-se aqui, inclusive uma nova problemática para a pesquisa: O que se entendia por “desenvolvimento turístico” na Era Vargas? A pergunta torna-se relevante na medida em que a própria política varguista buscava

construir um “modelo” de desenvolvimento e, neste processo, também se definia a dinamicidade do conceito de região.

Em contrapartida, retomemos a questão do desenvolvimento turístico na Era Vargas – guardando seus devidos significados e apropriações. Entre 1931 e 1934 ocorreram as maiores mudanças em relação às leis que regulamentavam o trabalho. Foram essas mudanças na legislação que, dentre outros fatores, possibilitaram a popularização do turismo no Brasil, a exemplo do que ocorreu nos países europeus com as revoluções operárias.

A jornada de trabalho fixada em oito horas, a instituição da carteira de trabalho, o direito a pensões e aposentadorias e a adoção de uma lei de férias, são alguns dos exemplos presentes na Constituição de 1934 que representaram avanços importantes para a população brasileira. Com maior tempo livre, remuneração durante as férias e a crescente industrialização no país (que possibilitava maior acesso ao mercado de trabalho, uma vez que o governo exigia a presença de empregados nacionais), uma maior parcela da população pôde começar a viajar.

Nesse processo, verifica-se também a relação regional/global. O processo que configura o cenário que inaugura a amplificação do acesso ao turismo no país é também reflexo de arranjos que estão ocorrendo em outras partes do mundo, trazendo à tona a discussão sobre as tessituras, redes e nós na dimensão regional/global. Trata-se, portanto, de outra possibilidade passível de análise: como as relações de produção e a organização do trabalho no século XX contribuem para a organização dos espaços turísticos? Que relações de poder estão impressas nestes territórios? Estudos, que podem ser afunilados na análise de Campos do Jordão, objeto representativo destas conjecturas.

Por fim, considera-se que estas e outras reflexões são possíveis apenas se considerarmos a cidade e a região como produtos históricos, fundamentados no movimento de análise que pressupõe a convergência das condições materiais da vida e dos comportamentos coletivos no espaço. Consideraremos, portanto, como afirma Milton Santos que “o espaço evolui pelo movimento da sociedade”.

Referências

ARRAIS, T. A. 2008. A cidade e a região/ a cidade-região. In: *Cadernos metrópole*, São Paulo, v.20, p.81-91

CARLOS, A. F. ,1992. *A cidade*. São Paulo: Contexto, p.47.

- CORRÊA, R. L. 1989. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática.
- COTTA, L. C. V. 2008. *Adhemar de Barros (1901-1969): a origem do rouba mas faz*. Dissertação. (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 88.
- COTTA, L. C. V. 2008. *Adhemar de Barros (1901-1969): a origem do rouba mas faz*. Dissertação. (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, p.51.
- FERREIRA, C. 1997. Prefácio da obra *Estâncias Climatéricas de São Paulo*. In: PAULO FILHO, P. P. *A montanha Magnífica*. São Paulo: O Recado, p.92
- FONSECA, M. 2011. Turismo e divisão territorial do trabalho no polo costa o sol/RJ. In: *Revista Mercator, América do Norte*.
- LEFEBVRE, H. 1999. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A.
- LEFEBVRE, Henri. 2001. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro.
- LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. 2000. *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus, p.26.
- MATOS, M. I. S. 2002. *Cotidiano E Cultura: História Cidade E Trabalho*. Bauru: Edusc, Coleção História.
- PAULO FILHO, P. 1988. *História de Campos do Jordão*. Aparecida, SP: Santuário, p.616.
- PINTO, M. I. M. B. 1994. *Cotidiano E Sobrevivência*. São Paulo: Edusp.
- POSSAS, L M. V. 2001. *Mulheres, Trens E Trilhos: Modernidade No Sertão Paulista*. Bauru: Edusc.
- QUEIROZ, D. S. 1939 *Floradas na Serra*. Rio de Janeiro: José Olympio..
- SANTOS, M. 1997. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.